GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 85/94 - Ap. Prot. 15ª DE/Capital nº 36/94
INTERESSADA : Jaqueline Duran Birer
ASSUNTO : Recurso - Avaliação Final (Del. CEE
nº 03/91)
RELATORA : Consª Frances Giomar Rava Alves
PARECER CEE Nº 211/94 CEPEG APROVADO EM 27-04-94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO E APRECIÇÃO

1.1.1 A Senhora Maria Elena Duran Ferreira, mãe e tutora de Jaqueline Duran Birer, aluna da 6ª série do 1º grau, em 1993, do Colégio "Virgem Poderosa", 15ª DE, Capital, dirige-se ao Conselho Estadual de Educação no sentido de solicitar a reconsideração da decisão da Escola, homologada pela Delegacia de Ensino, que a manteve retida na série, no componente Matemática.

1.1.2 A mãe não explicita nenhuma queixa contra o professor da disciplina, nem contra a escola no que se refere a procedimentos, mas discute o processo de avaliação utilizado.

Baseia a petição no fato de que nem a escola nem a DE consideraram o desempenho global da aluna, durante o ano letivo, no conjunto dos componentes curriculares, indicando sua possibilidade de prosseguimento de estudos, conforme determinam a Deliberação CEE nº 03/91 e a Indicação CEE nº 02/91.

1.1.3 De acordo com a Ata do Conselho de Classe Extraordinário, convocado para rever a situação da aluna, sua retenção em Matemática se deve ao fato de a mesma apresentar, durante o ano, "muita dificuldade de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 85/94

PARECER CEE Nº 211/94

aprendizado, de raciocínio, de assimilação e compreensão". Consta, ainda, que a requerente não compareceu a nenhuma das reuniões programadas pelo Colégio, para dar ciência e alertar os pais sobre o rendimento escolar dos filhos, bem como não atendeu às convocações feitas por escrito, para discutir a situação da aluna.

Com a alegação de que a aluna apresentou deficiência no conteúdo, "provocada pela desmotivação, desinteresse, falta de participação nas aulas, não comparecimento aos plantões de dúvidas (o que caracteriza não apresentar condições mínimas para prosseguimento de estudos na série imediata)", o Conselho de Classe decidiu manter a retenção de Jaqueline Duran Birer, em Matemática, na 6ª série do 1º grau.

1.1.4 Em cumprimento à Deliberação CEE nº 03/91, alterada pela Deliberação CEE nº 09/92, a Comissão de Supervisores, designada para analisar o protocolado, posicionou-se pelo não acolhimento do pedido de recurso, mantendo a decisão do Colégio "Virgem Poderosa", por considerar:

a) inexistência de falha aparente da Escola, "afrentando o espírito da legislação em vigor sobre o processo de avaliação";

b) o disposto na Lei 5.692/71 sobre o processo avaliativo: "na avaliação do aproveitamento a ser expresso em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida";

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 85/94

PARECER CEE Nº 211/94

c) "inexistência de convicção quanto ao aproveitamento da aluna, possibilitando prosseguir estudos".

1.1.5 Analisados os autos, constata-se que:

a) a aluna cursou as três primeiras séries do 1º grau no Colégio "Virgem Poderosa" e a 4ª e 5ª séries na EEPG "Artur Sabóia", com bom aproveitamento; retornando ao Colégio "Virgem Poderosa", cursou a 6ª série, na qual não obteve aprovação;

b) a aluna apresentou dificuldade de aprendizagem num ritmo crescente ao longo dos bimestres, embora lhe tivesse sido oferecido acompanhamento docente e recuperação paralela, bem como "plantões de dúvida", colocados à disposição dos alunos - dos quais ela nunca se valeu, conforme relato da escola;

c) os Diários de Classe indicam que:

- as médias bimestrais foram fruto de vários e diferentes instrumentos de avaliação;

- foi oferecida a recuperação paralela durante todo o ano letivo;

- cerca de 50% do total das aulas, em todos os bimestres, foram dedicadas a exercícios de fixação, correções de exercícios e revisões;

- os pais dos alunos que não obtiveram bom rendimento foram convocados pela professora de Matemática;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 85/94

PARECER CEE Nº 211/94

- de acordo com a ficha individual da aluna, constata-se que a mesma apresentou um rendimento global médio, fato este que de acordo com a supervisão "não supre as deficiências apresentadas no componente curricular Matemática". A aluna não alcançou a média 6,0, exigida pelo Regimento Escolar para aprovação, em três componentes curriculares: Inglês, Ciências e Matemática. Após estudos de recuperação foi aprovada em Inglês e Ciências, não tendo conseguido, entretanto, a promoção em Matemática.

1.1.6 Embora a retenção tenha ocorrido em um único componente curricular, com nota limítrofe, há que se considerar, que não há indícios de falhas ou irregularidades cometidas por parte da escola, que, além de proporcionar todas as oportunidades de melhoria de rendimentos à aluna, não descumpriu seu Regimento Escolar.

2. CONCLUSÃO

Deixa-se de acolher o recurso interposto pela Sra. Maria Elena Duran Ferreira, mãe de Jaqueline Duran Birer, aluna da 6ª série do 1º grau, em 1993, do Colégio "Virgem Poderosa", 15ª DE, DRECAP-3 Capital, por ausência de manifesta ilegalidade.

São Paulo, 30 de março de 1994.

a) Consª Frances Guiomar Rava Alves
Relatora

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE N° 85/94

PARECER CEE N° 211/94

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Agnelo José de Castro Moura, Elba Siqueira de Sá Barretto, Elmara Lúcia de Oliveira Bonini Corauci, João Gualberto de Carvalho Meneses e Maria Cristina Ferreira de Camargo.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 13 de abril de 1994.

**a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
No exercício da Presidência da CEPG.**

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de abril de 1994.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA

Presidente